

Moção Sectorial

**VIOLÊNCIA
DE GÉNERO,
DIREITOS
HUMANOS E
DEMOCRACIA**

Andreia Drumond Caetano
Militante n.º 165653



VIOLÊNCIA DE GÉNERO, DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA

A igualdade entre mulheres e homens constitui um pilar essencial da democracia, do Estado de direito e da afirmação plena dos direitos humanos. Não é apenas um princípio constitucional, é uma condição concreta para a liberdade, a dignidade e a segurança de todas as pessoas. Onde há discriminação, medo ou violência sistemática contra as mulheres, a democracia enfraquece.

Na Região Autónoma da Madeira, à semelhança do que sucede no plano nacional e internacional, assistimos com preocupação ao crescimento de discursos de ódio, à normalização da violência de género e a tentativas reiteradas de relativizar direitos conquistados com décadas de luta. Estes fenómenos não são episódicos inocentes: caminham lado a lado com o avanço de movimentos populistas e extremistas que atacam os direitos humanos, corroem a confiança nas instituições democráticas e promovem a exclusão, em particular das mulheres.

A violência de género — com especial destaque para a violência doméstica, cujos números continuam a ser alarmantes — não é um problema privado, nem um desvio isolado. É uma violação grave de direitos humanos, uma expressão extrema de desigualdades estruturais e uma ameaça direta à coesão social e à qualidade da nossa democracia. Não pode haver democracia plena enquanto tantas mulheres vivem condicionadas pelo medo, pelo silêncio imposto e pela insegurança dentro das suas próprias casas.

Ao aprovar esta moção, o Partido Socialista da Madeira reafirma o seu compromisso histórico com a defesa intransigente dos direitos humanos, com a igualdade de género e com uma democracia que não exclui, não silencia e não tolera a violência.



A violência de género assume múltiplas formas — física, psicológica, sexual e económica — e atravessa todas as classes sociais, idades e contextos. Na Madeira os níveis de violência doméstica exigem uma resposta política mais firme, mais estruturada e mais humana.

Esta moção afirma a violência contra as mulheres como uma emergência social e democrática, defendendo uma abordagem integrada que articule prevenção, educação para a igualdade, justiça célere e eficaz e apoio contínuo às vítimas. Coloca no centro da ação política a proteção da vida, da dignidade e da autonomia das mulheres.

Paralelamente, reafirma-se a centralidade dos direitos humanos, dos direitos sexuais e reprodutivos, da liberdade de participação política das mulheres e do combate ao discurso de ódio como dimensões indissociáveis de uma democracia saudável, plural e inclusiva.

VIOLÊNCIA DE GÉNERO COMO EMERGÊNCIA SOCIAL E DEMOCRÁTICA NA MADEIRA

A persistência da violência doméstica e de outras formas de violência de género na Região Autónoma da Madeira exige uma resposta política clara, firme e continuada. Reconhecer esta realidade como uma emergência social significa assumir que estamos perante um problema estrutural que atinge direitos fundamentais como o direito à vida, à integridade física, à liberdade e à dignidade humana.

É imperativo reforçar a prevenção primária através da educação para a igualdade desde a infância, integrando de forma sistemática conteúdos sobre direitos humanos, igualdade de género, cidadania democrática e resolução não violenta de conflitos nos currículos escolares.



A formação contínua e especializada de profissionais das áreas da saúde, educação, segurança social, forças de segurança e sistema judicial deve ser tratada como prioridade estratégica, garantindo respostas eficazes, empáticas e centradas nas vítimas. É igualmente essencial assegurar uma rede regional de apoio às vítimas de violência de género que seja acessível, articulada e capaz de responder com rapidez, oferecendo proteção imediata, acompanhamento psicológico, apoio jurídico e condições reais de autonomização económica.

O Partido Socialista da Madeira deve continuar a pugnar pelo reforço das respostas de acolhimento, pela melhoria dos mecanismos de proteção e pela avaliação permanente da eficácia das políticas públicas, porque cada falha do sistema representa um risco acrescido para quem já vive em situação de vulnerabilidade.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS COMO DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS

Os direitos sexuais e reprodutivos são direitos humanos fundamentais e uma condição indispensável para a cidadania plena das mulheres. A sua limitação, condicionamento ou instrumentalização política constitui um retrocesso democrático e um ataque direto à autonomia, à liberdade e à dignidade das mulheres.

Num contexto internacional marcado por recuos preocupantes nestes domínios, o Partido Socialista da Madeira deve assumir uma posição clara e inequívoca na defesa do acesso universal à saúde sexual e reprodutiva, à educação sexual científica, laica e inclusiva, e à interrupção voluntária da gravidez nos termos da lei.

É essencial garantir que todas as mulheres, independentemente da sua condição económica, idade ou local de residência, tenham acesso efetivo a cuidados de saúde de



qualidade, livres de estigmatização, julgamento moral ou discriminação. Defender estes direitos é também combater a desinformação e as narrativas que culpabilizam as mulheres e tentam restringir a sua liberdade de escolha.

A autonomia corporal é um princípio democrático não negociável e deve ser afirmada como eixo central da ação política socialista.

DISCURSO DE ÓDIO, ASSÉDIO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES

A violência política, o assédio e o discurso de ódio dirigidos às mulheres que participam na vida pública constituem formas graves de exclusão democrática. E a Madeira tem, infelizmente, muitos exemplos. Estas práticas visam silenciar, intimidar e afastar as mulheres dos espaços de decisão, fragilizando a representatividade e empobrecendo a democracia.

O Partido Socialista da Madeira deve assumir um papel ativo na prevenção, denúncia e responsabilização destes comportamentos, quer no plano interno, quer no plano institucional. É fundamental garantir ambientes políticos seguros, promover códigos de conduta claros e assegurar apoio efetivo às mulheres que enfrentam violência política.

Combater o discurso de ódio é promover uma cultura democrática assente no respeito, na igualdade e na diversidade. A participação plena das mulheres na política não é uma concessão: é uma exigência democrática.

CONCLUSÃO

Combater a violência de género é defender os direitos humanos, a democracia e a dignidade humana. Esta moção reafirma o compromisso do Partido Socialista da Madeira



com uma ação política firme, coerente e transformadora, que coloque a segurança, a liberdade e a autonomia das mulheres no centro das políticas públicas regionais. Sem igualdade, não há democracia plena.

Viva o PS-Madeira

SUBSCRITORAS/ES

Subscrevem a moção sectorial “Violência de Género, Direitos Humanos e Democracia”, as e os seguintes militantes:

ANDREIA DRUMOND CAETANO, militante n.º 165 653



10 › 11 janeiro 2026
Funchal

